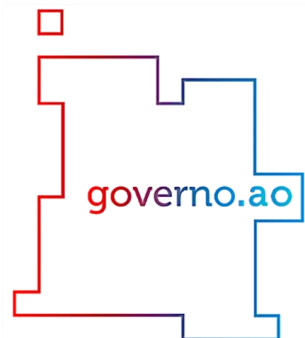
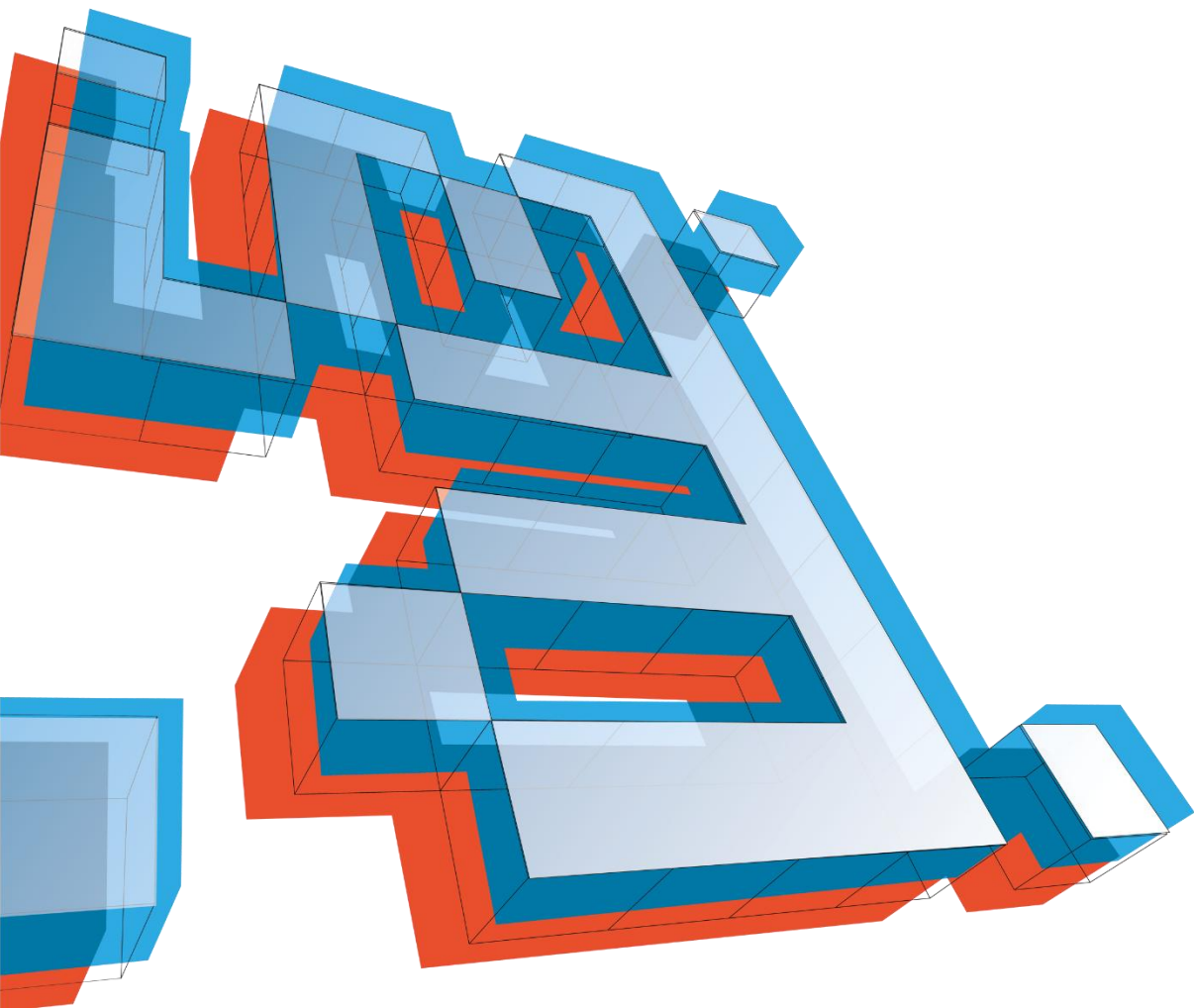




República de Angola

Órgãos Auxiliares do Presidente da República
Instituto de Modernização Administrativa

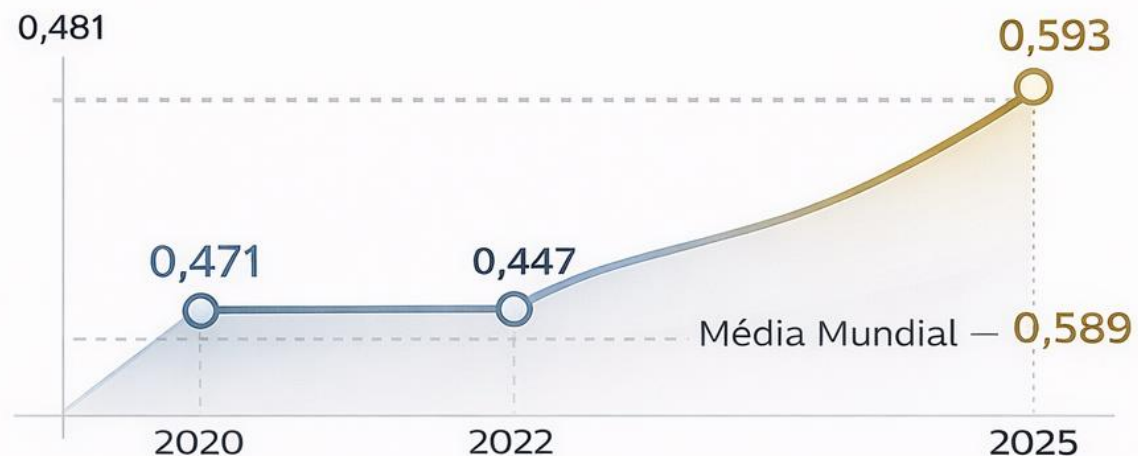


Agenda para a
Transição Digital
da Administração Pública
2027



GTMI Group	# of Economies	Economies
A Extensive GovTech Maturity	80 (41%)	Albania; Argentina; Armenia; Australia; Austria; Azerbaijan; Bahrain; Bangladesh; Belarus; Belgium; Bhutan; Brazil; Bulgaria; Cabo Verde; Canada; Chile; Colombia; Costa Rica; Croatia; Cyprus; Czech Republic; Denmark; Dominican Republic; Ecuador; Egypt; Estonia; Finland; Germany; Greece; Hungary; Iceland; India; Indonesia; Ireland; Italy; Japan; Jordan; Kazakhstan; Kenya; Korea, Rep.; Kosovo ^o ; Latvia; Lithuania; Luxembourg; Malaysia; Malta; Mauritius; Mexico; Moldova; Mongolia; Netherlands; New Zealand; North Macedonia; Oman; Panama; Peru; Portugal; Qatar; Russian Federation; Rwanda; Saudi Arabia; Serbia; Singapore; Slovenia; Spain; Sweden; Switzerland; Tanzania; Thailand; Türkiye; Uganda; Ukraine ^o ; United Arab Emirates; United Kingdom; Uruguay; Uzbekistan France*; Norway*; Taiwan, China*; United States of America*
B Significant GovTech Maturity	42 (21%)	Algeria; Angola; Bahamas; Benin; Bolivia; Cambodia; Côte d'Ivoire; El Salvador; Ethiopia ^o ; Fiji; Georgia; Ghana; Guatemala; Guinea; Honduras; Iran; Jamaica; Kuwait; Kyrgyz Republic; Liechtenstein; Nepal; Nigeria ^o ; Pakistan; Papua New Guinea ^o ; Paraguay; Philippines; Poland; Romania; South Africa; Sri Lanka; Togo; Tunisia; Vietnam; West Bank and Gaza ^o ; Zambia Brunei Darussalam*; China*; Hong Kong SAR, China*; Israel*; Montenegro*; Morocco*; Slovak Republic*
C Medium GovTech Maturity	47 (24%)	Barbados; Belize; Bosnia and Herzegovina; Botswana; Burkina Faso ^o ; Burundi ^o ; Cameroon ^o ; Congo, Dem. Rep. ^o ; Dominica; Eswatini; Gabon; Grenada; Iraq ^o ; Kiribati ^o ; Lao PDR; Lebanon ^o ; Lesotho; Liberia; Madagascar; Malawi; Maldives; Mauritania; Mozambique ^o ; Myanmar ^o ; Seychelles; Sierra Leone; St. Kitts and Nevis; St. Lucia; St. Vincent and the Grenadines; Tajikistan; Timor-Leste ^o ; Tonga; Trinidad and Tobago; Vanuatu; Zimbabwe ^o Andorra*; Cuba*; Guyana*; Macao SAR, China*; Mali ^o *; Monaco*; Namibia*; Samoa*; Senegal*; Solomon Islands ^o *; Suriname*; Venezuela, RB ^o *
D Low GovTech Maturity	28 (14%)	Central African Republic ^o ; Comoros ^o ; Guinea-Bissau ^o ; Haiti ^o ; Marshall Islands ^o ; Micronesia, Fed. Sts. ^o ; Nauru; Niger ^o ; Palau; Somalia ^o ; Tuvalu ^o ; Yemen ^o Afghanistan ^o *; Antigua and Barbuda*; Chad ^o *; Congo, Rep. ^o *; Djibouti*; Equatorial Guinea*; Eritrea ^o *; Gambia*; Korea, DPR*; Libya ^o *; San Marino*; São Tomé and Príncipe ^o *; South Sudan ^o *; Sudan ^o *; Syrian Arab Republic ^o *; Turkmenistan*
Total	197	

GTMI 2025 – Angola no Grupo B



Benchmark (não ranking): **Grupo B** (nível de maturidade significativa)

Fatores de avanço: Desempenho forte em sistemas centrais e plataformas transversais + oferta de serviços digitais



Benchmark (não ranking): **Grupo B** (nível de maturidade significativa).

Principais conclusões

- **Grupo B** (maturidade significativa)
- **GTMI** é benchmark (não ranking)
- 4 dimensões avaliadas:
 - **Sistemas Centrais** do Estado
 - **Serviços Públicos Digitais**
 - **Engajamento Digital** do Cidadão
 - **Habilitadores GovTech**

Angola mais forte em **sistemas centrais** e plataformas transversais + oferta de serviços digitais

Próximos passos

- Continuidade e aprofundamento da interoperabilidade (técnica e institucional)
- Foco na execução
- Alinhamento à Agenda de Transição Digital 2027 e Programa do Governo

INFORMAÇÃO COMPLETA

2



EXISTÊNCIA DE ALGUNS SERVIÇOS ELECTRÓNICOS

São aprovadas iniciativas estruturantes que visam a modernização da Administração Pública, facilitando o cidadão na sua interacção com o serviço público, reduzindo tempo e melhorando a eficácia

1

INFORMAÇÃO BÁSICA



LINK PARA AS ENTIDADES

Início do processo de informatização de alguns serviços públicos, porém com carácter muito mais informativo, resultando na necessidade de o cidadão ainda ter de deslocar-se para solicitar e obter os serviços prestados pela Administração Pública.

FUNDAÇÕES

Interoperabilidade

Autenticação
Electrónica

Pagamentos Electrónicos

3

SERVIÇOS TRANSACCIONAIS

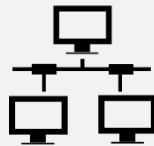


SERVIÇOS ELECTRÓNICOS MAIS SIMPLIFICADOS

Ligações bidireccionais entre o serviços público, permitindo simplificar mais ainda os serviços, porém não permite manter mesma informação simultânea por todos os serviços.

SERVIÇOS CONECTADOS

4



SERVIÇOS ELECTRÓNICOS SIMPLIFICADOS E INTEGRADOS

Informação e conhecimento partilhado pelos serviços mediante a integração dos serviços por evento de vida do Cidadão.

A necessidade do **Plano de Interoperabilidade** para a Administração Pública e ao cidadão decorre da análise da **situação actual**.



Dimensões de Análise

Questões críticas na óptica do cidadão

Desafio para o Executivo

Tempo

- Porque é que a obtenção de um serviço da Administração Pública **demora tanto tempo**?
- Porque é que tenho de me **deslocar várias vezes a diversos locais por um Serviço da mesma Administração Pública** muitas vezes do mesmo sector ?

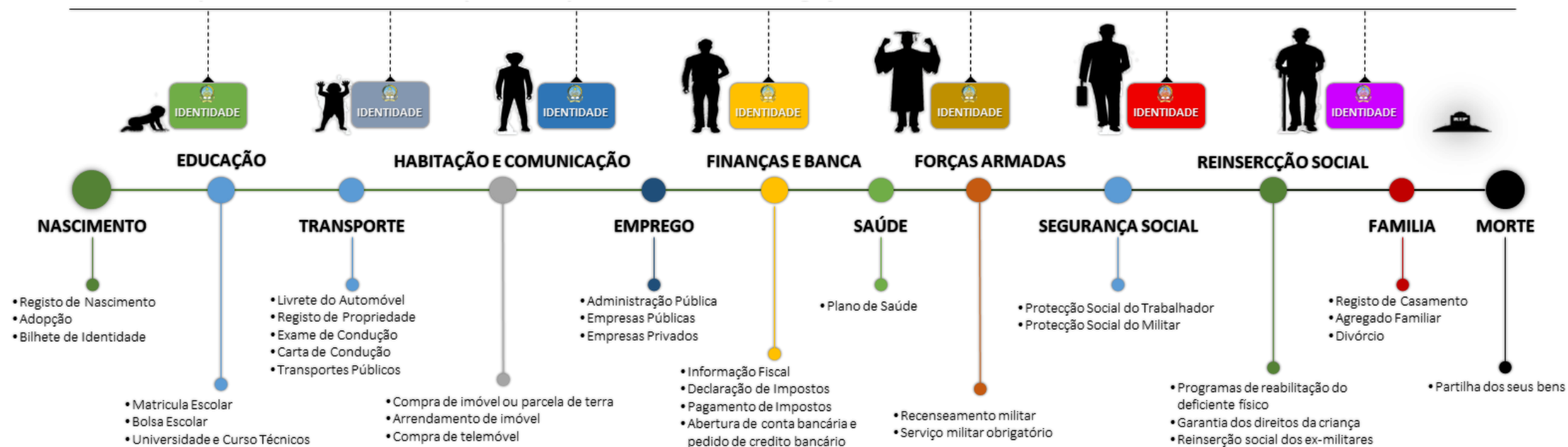
Custo

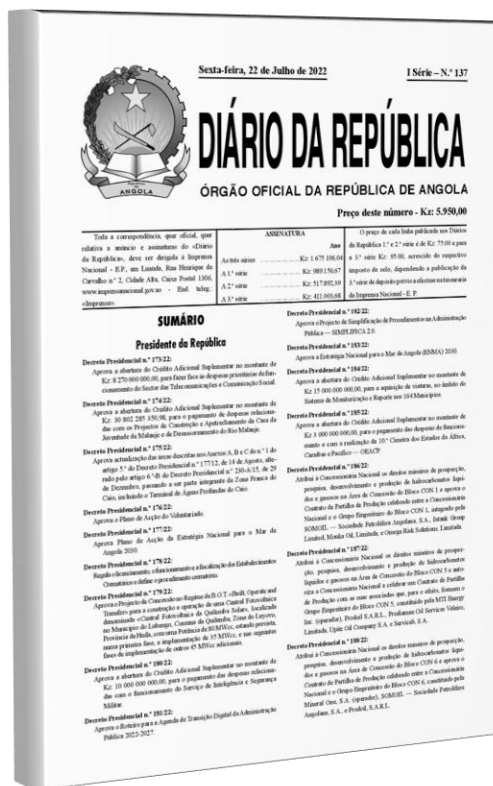
- Porque é que tenho de pagar **várias taxas e comissões** para o mesmo serviço?

Qualidade

- Porque é que me fazem a **mesma pergunta**, mais do que uma vez na mesma Administração Pública muitas vezes no mesmo sector?
- Porque é que a qualidade de **serviço é inferior** a do sector Privado?

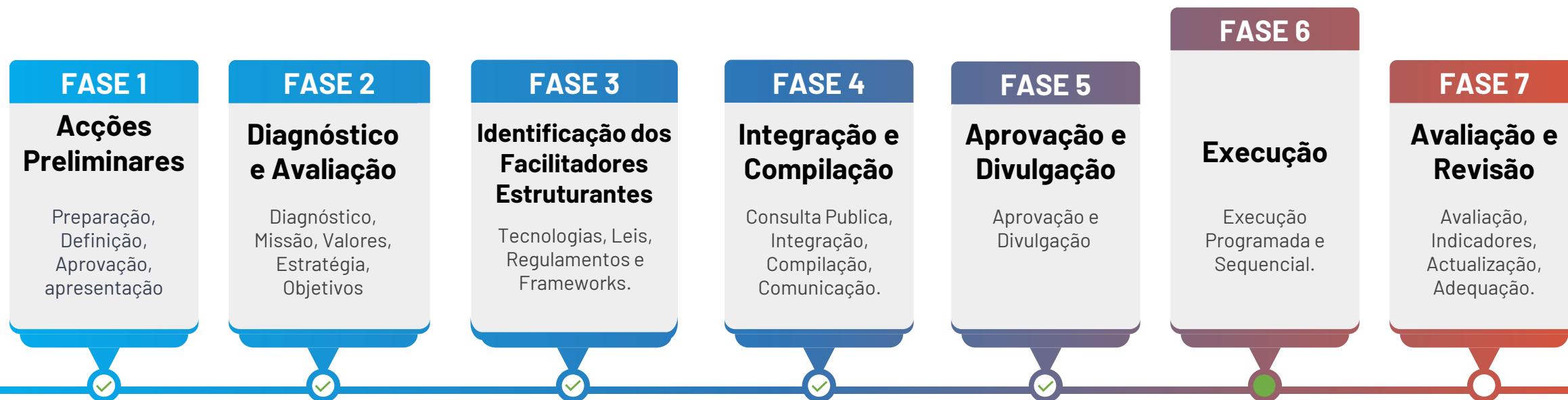
Como é que **reduzo o tempo, poupo dinheiro e arrecado mais receitas e aumento a satisfação do serviço público?**





Decreto Presidencial n.º 181/22:
 Aprova o Roteiro para a Agenda de Transição Digital da Administração Pública 2022-2027.

"A transformação digital da Administração Pública em Angola requer um **roteiro estratégico para eficiência e prosperidade**. A abordagem coletiva é crucial para um serviço público inclusivo. O **Governo Digital** destaca-se pela eficiência nos serviços públicos, baseando-se na governação electrónica, ampliando o acesso a serviços essenciais e estimulando a inovação."



A transição digital na Administração Pública, em seis fases, garante ganhos progressivos: bases sólidas e objectivos claros, identificação de lacunas e oportunidades, consolidação de dados para um plano eficaz, alinhamento e engajamento, implementação eficiente de estratégias, e ajustes contínuos para uma Administração Pública digitalizada, eficiente e adaptativa às demandas emergentes



DIAGNÓSTICO SOBRE A PRONTIDÃO DIGITAL - PDP

Enquadramento:

No que diz respeito à elaboração da agenda de Transição Digital da Administração Pública, o presente questionário visa colher informações sobre o estado de governação digital em Angola, direccionando as questões para as instituições do sector público.

Objectivos:

- Identificação das áreas prioritárias de intervenção/oportunidades de alavancagem digital.
- Levantamento dos projectos nos diferentes sectores.
- Elaboração do plano de implementação da Agenda de transição digital da AP.

Destinatários:

- Departamentos Ministeriais.

Indicadores:

- A. Liderança e Governança.
- B. Design Centrado no Utente.
- C. Reformas da Administração Pública e Gestão da Mudança
- D. Capacidades, Cultura e Competências.
- E. Infra-estrutura Tecnológica.
- F. Infra-estruturas de Dados, Estratégias e Governança.
- G. Segurança Cibernética, Privacidade e Resiliência.
- H. Legislação e Regulação.
- I. Ecossistema Digital.

Resposta:

- Sim = S;
- Não = N;
- Sem Informação = SI;
- Não Aplicável = NA.

Nome da Instituição:

Responsável pelo Preenchimento:

Função:

E-mail:

Data do preenchimento:

Abordagem Metodológica:

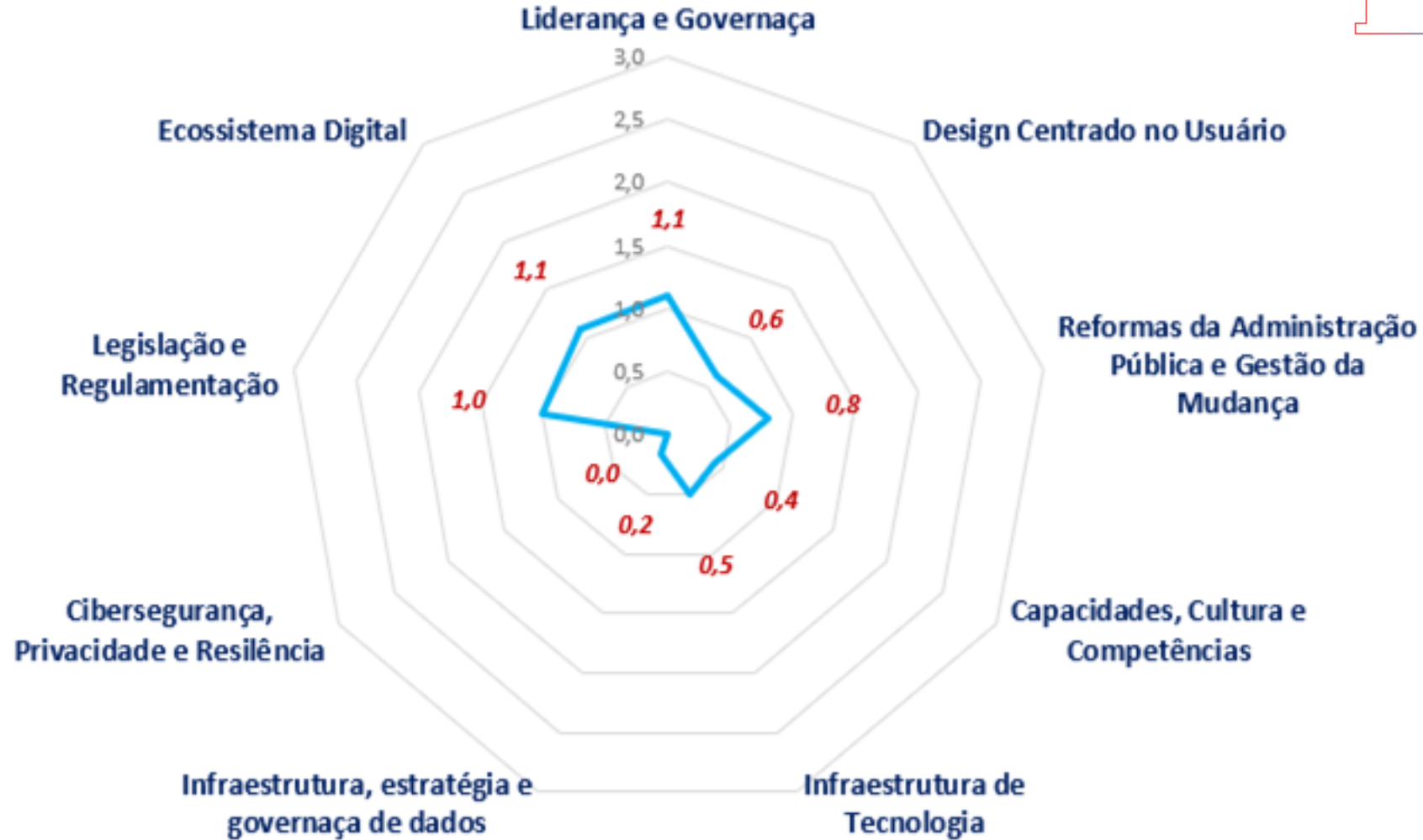
- Evitar duplicação de esforços e promover a colaboração entre instituições do sector público.
- Fornecer informações sobre o estado de governança digital.

Metodologia do Trabalho:

- Linha epistemológica e construtiva.
- Abordagem qualitativa e finalidade exploratória.
- Identificação de áreas prioritárias e oportunidades de alavancagem digital.
- Utilização de um questionário (roteiro de entrevista) com 68 questões em 8 grupos.

Grupos de Questões:

- Liderança e Governança (15 perguntas).
- Design Centrado no Utente (12 perguntas).
- Reformas da Administração Pública e Gestão da Mudança (6 perguntas).
- Capacidades, Cultura e Competências (4 perguntas).
- Infraestrutura Tecnológica (13 perguntas).
- Infraestruturas de Dados, Estratégias e Governança (8 perguntas).
- Segurança Cibernética, Privacidade e Resiliência (4 perguntas).
- Legislação e Regulação (2 perguntas).
- Ecossistema Digital (4 perguntas).



HOJE



VISÃO 2027

Atendimento presencial único

Evitar redundância de investimento

Subida nos rankings

Impacto nos Centros Urbanos

Administração Pública disponível 24h

Janela Única de Serviços Digitais

Informação para empresas de forma transparente, mensurável e segura

Maior investimento externo

Sim plificação

Transparência



Eficácia

Responsabilidade

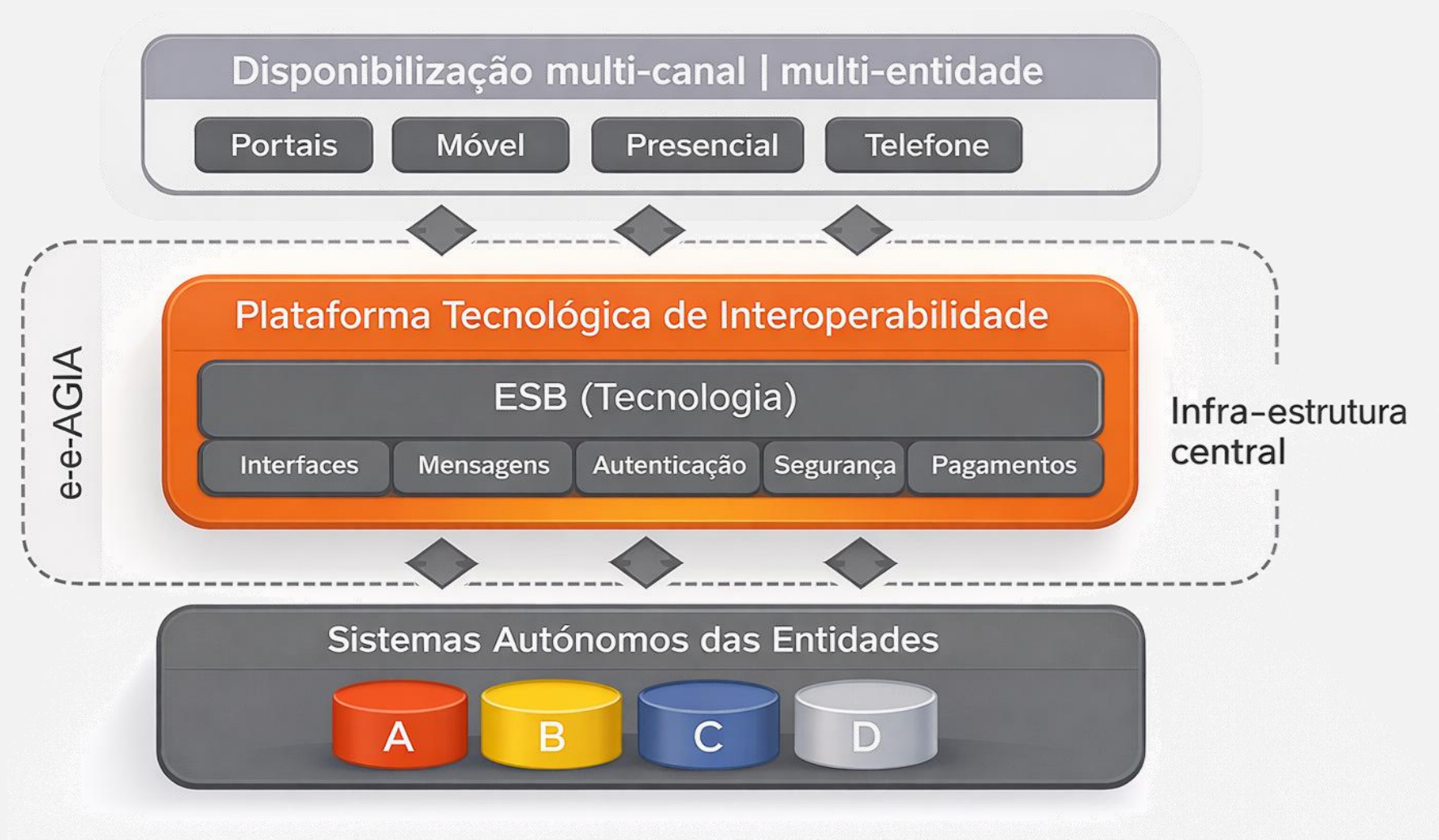


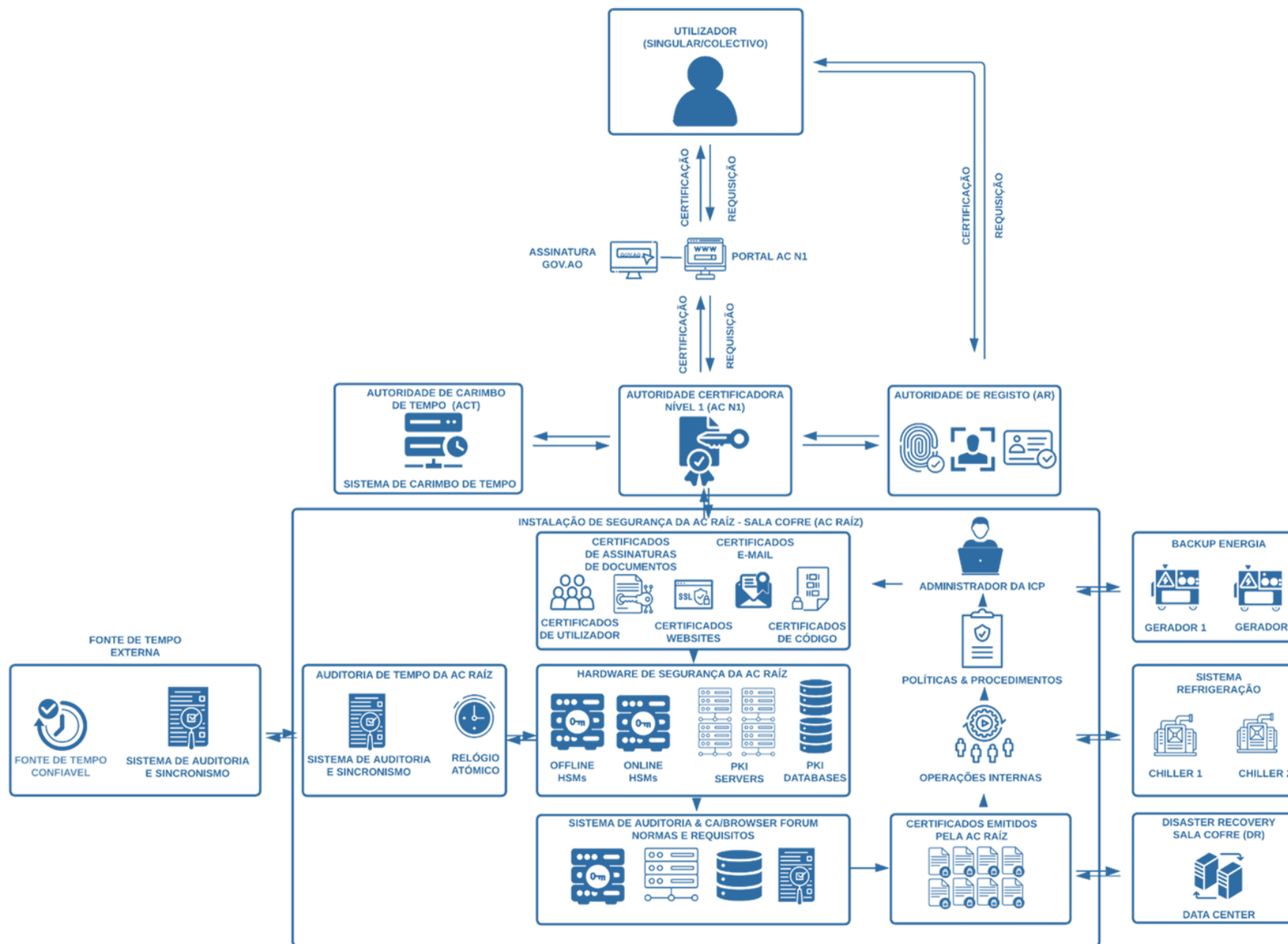
214
INICIATIVAS



OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

- 1 Modernizar e digitalizar o Estado
- 2 Disponibilizar serviços integrados e focados nas necessidades e expectativas dos cidadãos
- 3 Suportar e facilitar a vida das empresas, como factor de atracção e desenvolvimento da economia angolana
- 4 Criar de competências digitais de todos os intervenientes
- 5 Implementar modelos de negócio sustentáveis, no curto, médio e longo prazos
- 6 Comunicar interna e externamente, estabelecer parcerias com organizações internacionais e a subir nos rankings internacionais





Identidade Electrónica



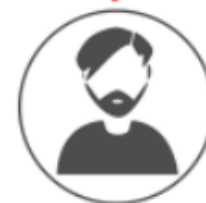
eID

Identidade Única



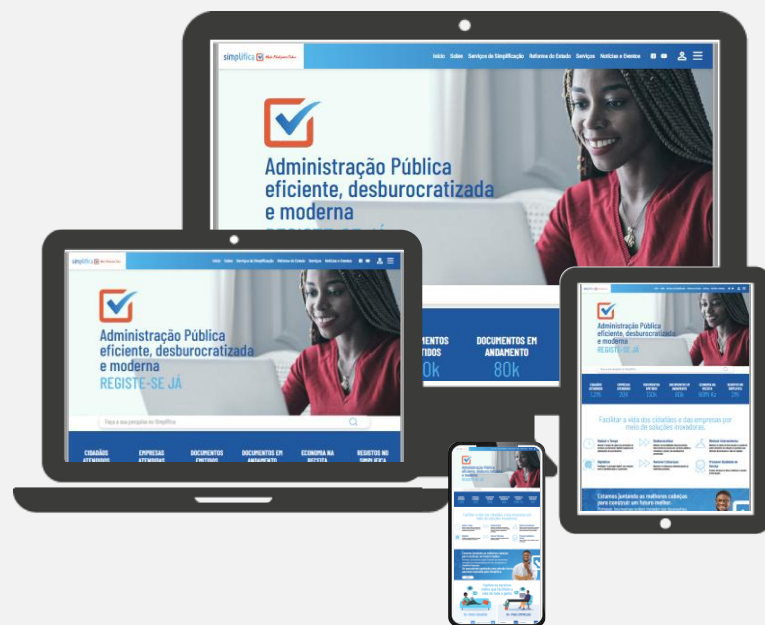
UID

Identidade Pessoal



ID

Serviço de Auto Atendimento **SIMPLIFICA**



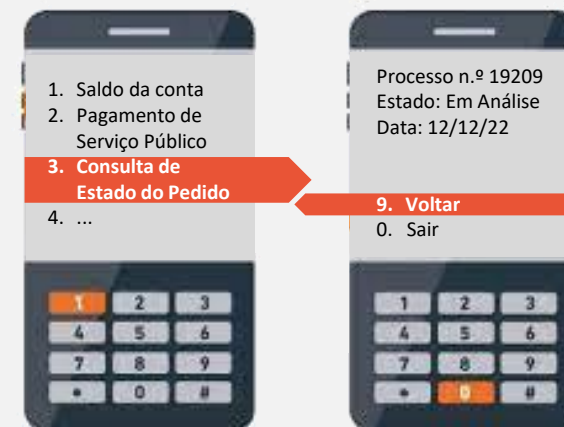
Principal canal de acesso e de auto atendimento da Janela Única de Prestação não Presencial de Serviços Públicos, mediante o acesso à internet.

Quiosque **SIMPLIFICA**



Infra-estrutura de facilitação para o auto atendimento a ser disponibilizado em locais específicos

Serviço "123 SIMPLIFICA"



Escolher o Serviço

Continuar com o Serviço

Serviço multimodal, acessível pelo código "*123#" e que irá facilitar a utilização de alguns serviços públicos a partir de telemóveis básicos ou em zonas sem acesso à internet

Operações

Operações de Infra-estrutura

Network Operation Center (NOC)
Security Operation Center (SOC)

Logística

Gestão de SLA
Gestão de arquitetura ISA
Manutenção de Alianças
Manutenção

Operações de serviços compartilhados

Centro de comando e controlo (CCC)
Centro de operações integradas
Centro de contacto

Desenvolvimento e Inovação

Centro de Inovação
Treinamento de governo inteligente
Laboratório Inteligente

Serviços

Entrega e Acesso					
Laptops & Desktops	Dispositivos inteligente	Quiosque e sinalização digital	Portais do Governo	Aplicações moveis do governo	
Serviços Inteligentes					
Serviços agrupados		Serviços Personalizados	Serviços Governamentais	Serviços de Integração	Smart Gov. Service Enablers
Personalização					
Segmentação Comportamental	Enriquecimento de Conteúdo	Ajustes em tempo Real	Segmentação por Geolocalização	Marketing em tempo Real	Recomendações ao Vivo

Análise

Informações e acções					
Dashboards	Visualizações	Relatórios	Cartões de Pontuação	Alertas	Notificações
Serviço de análise			Modelo		
Algoritmos genéticos	Inferências Estatísticas	Análise de Texto	Análise de Cloud	Assistência médica	Sustentabilidade
Machine Learning	Análise de rede	Mineração de dados	Análise Geospacial	Segurança Cibernética	Educação
Regressão	NLP	Inteligência de negócios	Análise de Streaming	Política	Operacional
				Segurança	Economia
				Social	Pessoas
				Ambiente	Transporte

Dados

Governança de Dados	Modelo de Big Data				
	Data Lake	Visualização de dados	Centro de Dados	Estatística de Registos	
	Processamento de Big Data				
	Acesso a Dados	Processamento em lote	Processamento em tempo real	SQL DBMS	
	NoSQL DBMS				
	Importação e Exportação de dados				
ETL / ELT		Bulk Data Ingestion		Real-time data ingestion	
Dados Estruturado	Dados Não Estruturados		Dados Geospaciais		Data Warehouses
Relational Data	Machine-Generated	Master Data	Texto	Imagens, Video & Audio	Social Media
			Data Streams	Base de Dados Espaciais	Mapas e Imagens
				Fluxo de Dados em Tempo Real	
				Gov EDW Gov EDW	

Tecnologia

Middleware	Aplicações de Suporte ao Governo			Aplicações Centrais do Governo	
REST	SOA	Web services	CRM	Gestão de Call Center	Gestão de Correspondência
Enterprise Service Bus	BPM	Plataforma de gestão de API	Carteira móvel	Plataforma de Pagamento	Comunicação unificada
			Gestão de caso	CMS / Portal	Gestão de conteúdo Empresarial
			Plataforma GIS	Email	
					Aplicações sob medidas
Hosting	Cloud Management		Comp. da Cloud		
Provisionamento sob demanda	Colocation Service	Self-Service	Automação na Nuvem	Virtualização	
Data Center	Computação	Armazenamento	Conectividade Física	Conectividade Sem Fio	Backup & Restore
Gov Data Center	Virtual Data Center	Cluster Computing	In memory	Cloud Storage	Network Storage
		Servidores Físico	Servidores Virtuais	DAS	Armazenamento Distribuído
				Gov. Enterprise Network	Local Gov. Enterprise Network
				ISSP Internet	
				Gov. Enterprise Network	Local Gov. Wireless Network
					Backup
					Disaster Recovey

Sensores

Rede de sensores e plataformas de gestão					
Rede de sensores sem-fio		Rede de utilidades Inteligentes		Gateways & Connectors	
IoT & M2M Platforms					
Sensores inteligentes					
Sensor de movimento	Sensor de saúde	Sensor de humidade	Sensor de incêndio	Sensor de temperatura	
Aparelhos e dispositivos inteligentes					
Medidor inteligente	Câmeras	Aparelhos de rastreamento		Telefones Inteligentes	

Segurança

Gestão de Identidade
Provedor de ID do Governo
Hala de provedor de identidade
Monitoramento e gestão de perfil de Acesso e Rastros
Monitoramento de Identidade

Segurança de Infra-estrutura
IDS / IPS
Access Control
Malware Detection & Prevention
Firewall
Endpoint Security
Data Encryption
SSO
Auth
Biometrics

Protecção de Dados
Classificacation
Data Illogica Mgmt.
Security Tagging
Authenticacation
Role Mgmt.
Service de autorizacao

Gestão de Ameaças
Compliance e Testes
Testes de Penetracão
Gestão de Vulnerabilidades
Gestão de Ameaças
Infra-estrutura de Chaves Publicas
Gestão de chaves
Assinaturas
Encrptação de Dados
Criptografia
Certificados Digitais e Assinaturas

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 38/26

de 3 de Fevereiro

Considerando que um dos principais objectivos da reforma do Estado consiste em modernizar a Administração Pública, reestruturando a máquina administrativa, através da digitalização e integração dos serviços públicos, de modo a torná-la mais eficiente;

Havendo a necessidade de integração e articulação progressiva dos sistemas ministeriais e organismos autónomos, garantindo interoperabilidade segura, bem como a padronização dos processos administrativos com base em normas e protocolos digitais e a eliminação de silos institucionais, promovendo fluxos de trabalho colaborativos e orientados a resultados;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º, o artigo 26.º, a alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º, os artigos 32.º, 33.º, 34.º, 36.º, 38.º e a alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º, o artigo 141.º e seguintes, todos da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, bem como o n.º 19 do artigo 10.º e a alínea a) do n.º 2 do Anexo X das Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2025, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 42/25, de 17 de Fevereiro, o seguinte:

1. É autorizada a despesa no valor global de USD 150 000 000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e formalizada a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, por razões de financiamento externo, para a adjudicação dos Contratos seguintes:

- Aquisição de Serviços para a Implementação do Projecto de Infra-Estruturas Digitais Públicas;
- Aquisição de Bens para a Implementação do Projecto de Infra-Estruturas Digitais Públicas;
- Gestão e Fiscalização do Projecto.

2. Ao Director-Geral do Instituto de Modernização Administrativa é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do Procedimento, a verificação da validade e legalidade dos actos praticados no âmbito do referido Procedimento, incluindo a celebração e a assinatura dos Contratos.

3. É autorizada a inscrição do Projecto no Programa de Investimento Público do Orçamento Geral do Estado de 2026.

4. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.



Sistemas e Serviços Digitais
Dados, sistemas e aplicações dos sectores público e privado desenvolvidos sobre, ou combinados com, a DPI para a prestação de serviços

Dados, sistemas e aplicações dos sectores público e privado desenvolvidos sobre, ou combinados com, a DPI para a prestação de serviços.

Aplicações de governo electrónico, portais, centros de atendimento, CivicTech | Registos, MIS e software para:
• Saúde | Protecção Social | Sector Financeiro | Agricultura | Impostos ...



DPI
Blocos, fundamentais para apoiar a digitalização e o benefício público em todos os sectores

Blocos fundamentais para apoiar a digitalização e o benefício público em todos os sectores.

Identidade e Assinaturas Electrónicas | Pagamentos



Identidade e Assinaturas Electrónicas | ...



Habilitadores Tecnológicos
Bases e aceleradores para a

Bases e aceleradores para a implementação, o uso e a inovação da DPI

Energia | Banda larga e dispositivos | PKI | Centros de Dados ...
• IA e Big Data | ... IA e Big Data ...



Agenda para a
Transição Digital
da Administração Pública
2027

Habilitadores não tecnológicos e salvaguardas

Abrangendo as DPIs, o seu uso o ecossistema digital mais amplo



Leis, regulamentos, instituições e quadros de governação específicos da DPI



Governação de dados e protecção de dados



Cibersegurança



Supervisão pública, responsabilização e ciclos de feedback



Competências digitais e literacia



Indústria de TIC e postos de trabalho



Terça-feira, 3 de Setembro de 2024

I Série - N.º 169

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 425,00

SUMÁRIO

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 201/24 9762

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, por razões de financiamento externo, para a celebração dos Contratos de Aquisição de Serviços para o Reforço e Aumento da Capacidade Científica e Técnica do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, Fornecimento de Bens — Ferramentas e Equipamentos para a Realização dos Serviços Científicos e Técnicos do Projecto de Desenvolvimento Sustentável e do Conhecimento Científico dos Recursos e do Meio Marinho da Zona Económica Exclusiva e os respectivos Serviços de Consultoria e Fiscalização do projecto, designado por Programa Kalunga, e a construção do Centro Oceanográfico Nacional, na sede do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, e delega competência à Ministra das Pescas e Recursos Marinhos, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do Procedimento, a verificação da validade e legalidade dos actos praticados no âmbito do referido Procedimento, incluindo a celebração e a assinatura dos Contratos.

Despacho Presidencial n.º 202/24 9764

Autoriza a realização da despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, por razões de financiamento externo, para a celebração dos Contratos para a Aquisição de Serviços para a Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Sector Salineiro, Aquisição de Serviços para a Implementação do Projecto de Reforço da Estatística Pesqueira e dos Recursos Marinhos, Aquisição de Serviços para o Mapeamento das Zonas Potenciais para o Desenvolvimento da Maricultura e Aquisição de Serviços de Apoio para a Pesca Sustentável, e delega competência à Ministra das Pescas e Recursos Marinhos, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do Procedimento, verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido Procedimento, incluindo a celebração e a assinatura dos Contratos.

Despacho Presidencial n.º 203/24 9766

Autoriza a celebração do Acordo de Financiamento entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, e o Banco Mundial, no valor global de USD 300 000 000,00, para o Projecto de Aceleração Digital de Angola, visando a melhoria da qualidade de prestação de serviços públicos aos cidadãos e às empresas, e autoriza a Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para proceder à assinatura do referido Acordo e de toda a documentação relacionada com o mesmo, em nome e, em representação da República de Angola.

Despacho Presidencial n.º 204/24 9767

Cria o Grupo de Trabalho encarregue de preparar, coordenar e organizar as tarefas inerentes às responsabilidades da República de Angola na realização da 17.ª Cimeira de Negócios Estados Unidos da América-África, coordenado pelo Ministro de Estado para a Coordenação Económica.



Agenda para a
Transição Digital
da Administração Pública
2027



PADA

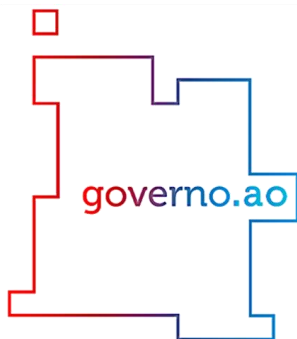
Projecto de Aceleração Digital de Angola

Iniciativa do **Governo de Angola**, com apoio e financiamento de **USD 300.000.000 do Banco Mundial**, que visa impulsionar a transformação digital no país.

1. Interoperabilidade da Administração Pública
2. Inclusão Digital
3. Infra-estrutura Digital Centralizada
4. Facilitação de Serviços Públicos
5. Fomento à Economia Digital
6. Segurança e Protecção de Dados



REPÚBLICA DE ANGOLA



Agenda para a
Transição Digital
da Administração Pública
2027